

Orçamento da União é de CZ\$ 8 trilhões

por Elaine Lerner
de Brasília

O presidente José Sarney aprovou exposição de motivos reestimando o orçamento para 1988 em CZ\$ 8,02 trilhões, com excesso de arrecadação total (incluindo operações de crédito) de CZ\$ 3,48 trilhões. O orçamento geral da União, que deverá ser aprovado pelo Congresso Nacional, prevê cortes de 0,75% do Produto Interno Bruto (PIB), o que significa um total de CZ\$ 367,8 bilhões. A meta anunciada de 0,9% será alcançada com o fim do subsídio do trigo.

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, ao anunciar a metodologia e os cortes do novo

orçamento, na última sexta-feira, explicou que houve um corte de CZ\$ 192,5 bilhões nos Ministérios e órgãos vinculados, e outros CZ\$ 175,3 bilhões em encargos gerais da União, perfazendo CZ\$ 367,8 bilhões, a preços de junho.

"Não interferimos nos ministérios, apenas limitamos um teto máximo a cada um", explicou Abreu. Os ministérios com orçamento até CZ\$ 9 bilhões sofreram cortes equivalentes a 11,95%, cada um, e para os ministérios com orçamentos que excederam este valor a redução chegou a 19,4%, cada um.

Os ministérios terão até o dia 31 para recalcular programas e despesas. No caso das despesas de "outros

custeios e capital", incluídas na rubrica "encargos gerais da União", foi mantida inalterada a dotação existente, sem atualização monetária, a partir de julho, o que significa, na prática, a redução dos CZ\$ 175,3 bilhões.

Abreu revelou que a definição de cortes de custeio e investimento foi feita de maneira a preservar a área social, que acabou contemplada com um reforço de CZ\$ 129 bilhões. Especificou que foram mantidos programas como seguro-desemprego, distribuição de leite e reestruturação do sistema penitenciário. A dotação do seguro-desemprego, que era de CZ\$ 3,6 bilhões, subiu para CZ\$ 11 bilhões.

O novo orçamento já trabalha com a possibilidade de uma decisão da Assembleia Nacional Constituinte favorável a retroagir a partilha dos fundos de participação dos estados e municípios, o que poderá causar uma perda ainda neste ano entre 5 e 8% do total do orçamento. Se a Constituição for promulgada até 31 de julho, a nova divisão dos fundos de participação começa já em agosto.

O ministro do Planejamento explicou que com a nova metodologia, a reserva de contingência, utilizada erroneamente para suplementar verbas de pessoal, devido à desvalorização dos valores reais, passará, efetivamente, a ser utilizada para corrigir

eventuais situações emergenciais.

AJUSTE ECONÔMICO

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, explicou que as duas medidas aprovadas pelo presidente — nova metodologia e cortes no orçamento — estão inseridas no programa de ajuste econômico anunciado pelo presidente, na última segunda-feira, em reunião com os 21 governadores. "Dessa maneira, nós completamos um elenco de medidas que viabilizam a meta do déficit público em 4% do PIB para este ano", enfatizou, lembrando os quatro decretos alterando a política industrial divulgados na última quarta-feira.

"Restam apenas dez medidas a serem tomadas nos próximos dois anos para reestruturar a economia nacional", esclareceu. Entre essas medidas, citou a privatização de empresas, a desregulamentação e o

ordenamento do Sistema Financeiro Nacional e a política de crédito rural.

Segundo o ministro, já foram tomadas todas as principais providências que permitirão a redução de 7,8 para 4% do déficit público: limitação do endividamento de estados e municípios (Resolução do Banco Central nº 1.489), fim do subsídio do trigo, redução dos gastos da Previdência Social e congelamento por dois meses do pagamento da Unidade de Referência de Preços (URP). Nóbrega disse que, ao contrário do que "muita gente pensa", a contenção do déficit público não está sendo feita em cima do salário do funcionalismo público.

"Do total de 3,8% cortados do déficit, apenas um quarto está representado pela redução da folha de pagamento, sendo que os três quartos restantes são contabilizados pelas demais medidas de austeridade", concluiu.